



ANEXO I



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9º BATALHÃO LOGÍSTICO
“BATALHÃO CIDADE DE SANTIAGO”**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de manutenção de viaturas blindadas**, em proveito do 9º Batalhão Logístico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação do serviço	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE REVESTIMENTO DA PARTE INTERNA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DA VBTP EE-11 1602-010-143 (LADO DIREITO) E 1602- 010- 151 (LADO ESQUERDO) Serviço de revestimento interno do tanque de combustível, capacidade de 210 litros de óleo diesel, realizando o preparo e chapeamento; aplicação de fundo fosfatizante, com aplicação de 02 (duas) camadas de fibras de vidro e acabamento com 02 (duas) camadas de gel Coat Cinza Real. Os materiais aplicados deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	4	R\$ 2.490,00	R\$ 9.960,00
2	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO MOTOR MBB OM 352/A COM SUBSTITUIÇÃO DO BLOCO E CABEÇOTE Deverão ser considerados os seguintes serviços: banho químico; substituição da árvore de manivelas; substituir guias e sedes de válvulas; substituição comando de válvulas; rebaixar topo do pistão; manutenção do compressor de ar; desmontagem, montagem e pintura do motor na cor verde MBB; manutenção geral da bomba injetora (com substituição de elementos, válvulas, jogo de reparos, pistão do regulador); substituição do bloco do motor; substituição do cabeçote; suporte dos filtros de combustível; volante do motor; polia antivibração e sobre polia dupla; elementos injetores; turbina; correias; bronzinas de mancal, bronzinas de biela, pistões, anéis, válvulas de admissão e escapamento, buchas do comando de válvulas, buchas de bielas, bomba de óleo, bomba d'água com tampa, tubos de alta pressão dos bicos, tubulação de retorno dos bicos, juntas, válvula termostática, retentores e demais itens necessários para o correto funcionamento do motor. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora	Serviço	6	R\$ 33.010,00	R\$ 198.060,00
3	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO MOTOR MBB OM 352/A COM SUBSTITUIÇÃO DO CABEÇOTE Deverão ser considerados os seguintes serviços: banho químico; retífica da árvore de manivelas; retificar substituir guias e sedes de válvulas; retificar comando de válvulas; rebaixar topo do pistão; manutenção do compressor de ar; desmontagem, montagem e pintura do motor na cor verde MBB; manutenção geral da bomba injetora (com substituição de elementos, válvulas, jogo de reparos, pistão do regulador); substituição do cabeçote do motor; suporte dos filtros de combustível; volante do motor; polia antivibração e sobre polia dupla; elementos injetores; turbina; correias; bronzinas	Serviço	6	R\$ 31.045,00	R\$ 186.270,00



	de mancal, bronzinas de biela, pistões, anéis, válvulas de admissão e escapamento, buchas do comando de válvulas, buchas de bielas, bomba de óleo, bomba d'água com tampa, tubos de alta pressão dos bicos, tubulação de retorno dos bicos, juntas, válvula termostática, retentores e demais itens necessários para o correto funcionamento do motor. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.				
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA BOMBA INJETORA E BICOS INJETORES BOSCH MOTOR MBB 352/A Deverá ser considerada a manutenção geral da bomba injetora, com substituição de elementos, válvulas, jogo de reparos, pistão do regulador e substituição dos elementos dos bicos injetores. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	10	R\$ 7.450,00	R\$ 74.500,00
5	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE RADIADOR DA VBR EE-9 CASCABEL Deverá ser considerada a substituição da colmeia por outra, com o mesmo número de canais e pintura do radiador na cor preto cadilac. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	12	R\$ 7.220,00	R\$ 86.640,00
6	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DO PARA-BRISA DA VBR EE-9 CASCABEL Substituição do para-brisa e a guarnição de borracha. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	12	R\$ 1.740,00	R\$ 20.880,00
7	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO DIFERENCIAL TRASEIRO DE VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados a substituição dos seguintes itens: conjunto coroa e pinhão; jogo de engrenagens da caixa de satélites; rolamentos do pinhão; rolamentos da caixa de satélites; rolamentos do eixo da reduzida; calços; juntas; retentores; eixo da reduzida; manga de engrenamento da reduzida; coroa e pinhão da reduzida; flange do pinhão; tampa lateral do rolamento da reduzida e cruzeta da caixa de satélites. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 17.300,00	R\$ 103.800,00
8	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA 4 MARCHAS ALISSON MODELO MT 640 E 643 DA VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: Substituição de todos os rolamentos; substituição dos retentores e jogo de juntas; substituir o conversor de torque; substituição do filtro de óleo, substituição do filtro do governador; substituição da embreagem de avanço; substituição do pistão da embreagem de avanço; substituição do corpo de válvulas; substituição da bomba de óleo; substituição dos discos de embreagem da 3ª e 4ª velocidades, substituição dos anéis vedadores dos pistões da 3ª e 4ª velocidades; substituição dos calços de ajustagem; substituir e regular o atuador do modulador; realizar o teste da caixa e regulagem do atuador modulador utilizando o óleo hidráulico DEXRON OU DEXRON 2 e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 22.610,00	R\$ 135.660,00
9	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE MUDANÇAS DE VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: substituição de todos os rolamentos; substituição dos retentores e jogo de juntas; substituição dos conjuntos sincronizadores da 2ª e 3ª velocidades, 4ª e 5ª velocidade; substituição da engrenagem da marcha á ré; substituição da árvore secundária; substituição do reparo da alavanca (pinos, molas e esferas); substituição do flange de saída da caixa substituição do eixo piloto; trava e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	8	R\$ 9.950,00	R\$ 79.600,00



10	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE DESCIDA DA VBR EE-9 CASCAVEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: substituição de todos os rolamentos; substituição dos retentores; oring de borrachas e jogo de juntas; substituição da engrenagem 30 (trinta) dentes, substituição da engrenagem 39 (trinta e nove) dentes, substituição de todos os calços de ajustagem, realizar a pré-carga dos rolamentos; substituição do flange de saída da caixa; substituição da árvore (eixo piloto) e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 8.585,00	R\$ 51.510,00
11	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DAS PINÇAS DE FREIO DA VIATURA BLINDADA EE-9 CASCAVEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: Retirar as camadas corroídas da pinça; usinar a pinça; revestir internamente a pinça com cromo duro e desgastar a usinagem deixando na medida original dos calliper; substituir reparos da pinça e demais itens necessários para o seu correto funcionamento. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	48	R\$ 3.450,00	R\$ 165.600,00
12	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE DIREÇÃO DA VBR EE-9 Serviço de substituição do jogo de reparo da caixa de direção completo (Cod. Engesa :1905-000-205); regulagem das válvulas delimitadoras e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa de direção. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	12	R\$ 4.900,00	R\$ 58.800,00
13	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE CAIXA DE TRANSMISSÃO MULTIPLA DA VBR EE-9 CASCAVEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: Substituição de todos os rolamentos; substituição dos retentores; oring de borrachas e jogo de juntas; substituição das lonas do freio de estacionamento; substituição da engrenagem da tração dianteira, substituição da luva da engrenagem da tração dianteira, substituição de todos os calços de ajustagem, realizar a pré-carga dos rolamentos; substituição da engrenagem 32 (trinta e dois dentes); substituição da flange de saída traseira da caixa; substituição da árvore da tração dianteira; substituição da bomba de óleo e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 14.450,00	R\$ 86.700,00
14	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO MOTOR DE PARTIDA 12 VOLTS DA VBR EE-9 CASCAVEL Serviço de: desmontagem, recuperação, montagem e teste, com substituição: das buchas do motor de partida, jogo de escovas, induzido, bobinas de campo e substituição do bendix do motor de partida, automático de partida, tampa automotriz (focinho) e demais itens necessários para o correto funcionamento do motor de partida. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	18	R\$ 1.305,00	R\$ 23.490,00
15	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO MOTOR DE PARTIDA 24 VOLTS DA VBR EE-9 CASCAVEL Serviço de desmontagem, recuperação, montagem e teste com substituição das buchas do motor de partida, porta escovas com escovas do motor de partida, induzido, bobinas de campo e substituição do bendix do motor de partida, automático de partida, tampa automotriz (focinho) e demais itens necessários para o correto funcionamento do motor de partida. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	18	R\$ 1.305,00	R\$ 23.490,00
16	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO ALTERNADOR 12 VOLTS DA VBR EE-9 CASCAVEL Serviço de: desmontagem, recuperação, montagem e teste com substituição: dos rolamentos do alternador, jogo de escovas, estator, rotor, diodos positivos, diodos negativos e chapa	Serviço	18	R\$ 945,00	R\$ 17.010,00



	dissipadora de calor, tampa traseira e demais itens necessários para o correto funcionamento do alternador. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.				
17	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO ALTERNADOR 24 VOLTS DA VBR EE-9 CASCAVEL Serviço de: desmontagem, recuperação, montagem e teste com substituição: dos rolamentos do alternador, jogo de escovas, estator, rotor, diodos positivos, diodos negativos e chapa dissipadora de calor, tampa traseira e demais itens necessários para o correto funcionamento do alternador. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	18	R\$ 949,00	R\$ 17.082,00
18	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA ALISSON MODELO AT 540 DA VBR EE-9 CASCAVEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: Substituição de todos os rolamentos; substituição dos retentores e jogo de juntas; substituir o conversor de torque; substituição do filtro de óleo, substituição do filtro do governador; substituição da embreagem de avanço; substituição do pistão da embreagem de avanço; substituição dos discos de embreagem da 3ª e 4ª velocidades, substituição dos anéis vedadores dos pistões da 3ª e 4ª velocidades; substituição dos calços de ajustagem; realizar o teste da caixa e regulagem do atuador modulador utilizando o óleo hidráulico DEXRON OU DEXRON 2 e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 21.500,00	R\$ 129.000,00
19	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA ALISSON MODELO AT 640 E 643 DA VBR EE-9 CASCAVEL Deverão ser considerados os seguintes serviços: Substituição do rolamento primário; substituição dos retentores e jogo de juntas; substituição do filtro de óleo, substituição do filtro do governador; substituição da embreagem de avanço; substituição do pistão da embreagem de avanço; substituição dos discos de embreagem da 1ª e 2ª velocidades, substituição dos discos de embreagem da 3ª e 4ª velocidades, substituição dos anéis vedadores dos pistões da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª velocidades; substituição dos calços de ajustagem; substituir e regular o atuador do modulador; realizar o teste da caixa e regulagem do atuador modulador utilizando o óleo hidráulico DEXRON OU DEXRON 2 e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 21.600,00	R\$ 129.600,00
20	SERVIÇO DE RETIFICA DO MOTOR MBB OM 352-A E 366-A 6 CIL Deverão ser considerados os seguintes serviços: encamisar cilindros; banho químico total; retificar a árvore de manivelas e comando de válvulas; embuchar comando; rebaixar topo do pistão; retificar cilindro do compressor; embuchar bielas; ajustar bronzina de mancal; retificar o alojamento de mancal normal; aplinar o bloco do motor; aplinar o cabeçote do motor; raio-x do cabeçote do motor; trocar sede de válvulas, retificar e trocar guias de válvulas do motor e demais serviços para o correto funcionamento do motor.	Serviço	6	R\$ 6.000,00	R\$ 36.000,00
21	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E BALANCEAMENTO DO CARDAN ENTRE CAIXA DE DESCIDA E CAIXA DE MUDANÇAS COD ENGESA (1514.080.026) VBR EE-9 CASCAVEL Serviço de confecção e balanceamento do cardan completo (tubo, luvas, espigas e cruzetas) da VBR EE-9. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 4.800,00	R\$ 28.800,00



22	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E BALANCEAMENTO DA SEMI-ÁRVORE INTERMEDIÁRIA (CARDAN TRAÇÃO) COD ENGESA (1514.410.018) VBR EE-9 (CASCABEL) Serviço de confecção e balanceamento do cardan completo (tubo, luvas, espigas e cruzetas) da VBR EE-9/EE11. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 4.200,00	R\$ 25.200,00
23	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E BALANCEAMENTO DO CARDAN TRASEIRO COD ENGESA (1514.210.060) VBR EE-9 CASCABEL Serviço de confecção e balanceamento do cardan completo (tubo, luvas, espigas e cruzetas) da VBR EE-9. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 6.250,00	R\$ 37.500,00
24	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO DIFERENCIAL DIANTEIRO DA VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados a substituição dos seguintes itens: conjunto diferencial dianteiro completo (coroa, pinhão, satélites, planetárias, calços, rolamentos, retentores, cruzeta e óleo lubrificante) e demais itens necessários para o correto funcionamento do diferencial dianteiro. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 14.400,00	R\$ 86.400,00
25	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE BLOQUEIO LADO DIREITO DA VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados a substituição dos seguintes itens: anel de vedação, rolamento (1812-150-428), cubo entalhado (2396-205-052), engrenagem (2342-000-293), engrenagem (2342-000-013), guarnição (2314-010-186) calços, rolamentos, retentores e óleo lubrificante) e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa de bloqueio lado direito. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 13.250,00	R\$ 79.500,00
26	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE BLOQUEIO LADO ESQUERDO DA VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados a substituição dos seguintes itens: anel de vedação, rolamento (1812-150-428), cubo entalhado (2396-205-052), engrenagem (2342-000-293), engrenagem (2342-000-013), engrenagem (2348-030-011), engrenagem (2341-000-010), guarnição (2314-010-186) manga de engrenamento (2021-050-396), câmara engate reduzida (1804-031-452), interruptor (2502-030-038), calços, rolamentos, retentores e óleo lubrificante) e demais itens necessários para o correto funcionamento da caixa de bloqueio lado esquerdo. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 13.500,00	R\$ 81.000,00
27	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO EIXO BOOMERANG DA VBR EE-9 CASCABEL Deverão ser considerados a substituição dos seguintes itens: ponteira central (1612-130-091), vedador de óleo (2312-015-067) dois (02) rolamentos (2951-123-091), semi-eixo (2393-100-292), rolamento (2351-030-031), rolamento (1812-150-436), dador óleo (2312-010-057), seis (06) rolamentos (1812-160-091), engrenagem (2342-000-528), eixo (2396-205-079), ponteira (2382-990-435), engrenagem (2342-000-021), quatro rolamentos (1825-510-806), engrenagem (2342-000-251), duas (02) semi-árvore (2393-100-284), dois (02) rolamento (1812-160-105), dois (02) vedador óleo (2312-010-065), dois (02) vedador óleo (2312-005-134), dois (02) vedador óleo (2312-004-057), duas (02) porcas (2990-100-023), duas (02) porcas (2990-100-015), duas (02) arruelas (2049-100-399), seis adaptadores (2338-030-013), seis (06) porcas (2951-123-067) e demais itens necessários para o correto funcionamento do eixo boomerang. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	4	R\$ 29.500,00	R\$ 118.000,00
28	SERVIÇO DE TORNO DO CUBO DE RODA DA VBR EE-9 CASCABEL, COM SUBSTITUIÇÃO DOS PRISIONEIRO, JUNTAS E RETENTORES	Serviço	40	R\$ 1.100,00	R\$ 44.000,00



	Serviço de torno do cubo de roda da VBR EE-9 Cascavel, com substituição dos parafusos prisioneiros, porcas, adaptadores, arruelas de pressão, retentor da ponta da carcaça, juntas de velumóide e retentores de óleo. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.				
29	SERVIÇO DE GEOMETRIA EM EIXO DIANTEIRO DE VIATURAS BLINDADAS EQUIPADA COM PNEU 1200 X 20 Serviço de geometria em eixo para viatura com pneu 1200 x 20. Colocação de calço, regulagem das balanças, trocas das ponteiras de direção, regulagem dos pivos, pino boleado, recuperação do assento do pino esférico.	Serviço	20	R\$ 3.900,00	R\$ 78.000,00
30	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CONJUNTO (PINO ESFÉRICO, ASSENTO DO PINO ESFÉRICO, GUARDA PÓ DO PINO ESFÉRICO, PORCA CASTELO) DAS VIATURAS BLINDADAS EE-9 CASCABEL Serviço de confecção de conjunto (pino esférico com aço SAE 8620 cementado e temperado, Código 2272 916 830, assento do pino esférico em bronze TM620, Código 2252 100 027, assento do pino esférico em bronze TM620, Código 2252 100 035, guarda pó do pino esférico, Código 2313 220 021, porca castelo do pino esférico, Código 2990 070 086. A empresa ganhadora entregar o conjunto completo com perfeito ajuste e funcionamento entre as peças confeccionadas e adaptação na viatura.	Serviço	24	R\$ 2.850,00	R\$ 68.400,00
31	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CALÇO AÇO TEMPERADO, 0,10 MM, CÓDIGO 2015 010 803	Serviço	72	R\$ 300,00	R\$ 21.600,00
32	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CALÇO AÇO TEMPERADO, 0,20 MM, CÓDIGO 2015 010 820	Serviço	72	R\$ 330,00	R\$ 23.760,00
33	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE FREIO TRASEIRO DA VBR EE-9 CASCABEL Serviço de manutenção completa do sistema de freio traseiro da VBR EE-9 Cascavel, incluindo sapatas (patim de freio), guarda pó, eixo expensor S 26 estrias, cilindro de freio, alavanca de freio, lona de freio, rebites, molas de retorno da sapata, mola de fixação das sapatas, bucha de nylon do suporte da câmara, bucha de nylon do suporte da sapata, arruela de ajuste do freio S, rolete da sapata, trava do rolete, bucha de latão do suporte da sapata, mancal do freio em S, anel elástico do freio em S, pino do suporte, suporte da câmara, retentor, arruela de pressão da câmara, prato de freio e demais peças, com substituição de componentes danificados ou com vida útil já ultrapassada. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.	Serviço	6	R\$ 15.500,00	R\$ 93.000,00
34	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DIANTEIRA DA VBR EE-9 CASCABEL, COMPREENDENDO: CORREÇÃO DE EMPENAMENTOS E TRINCAS DAS BANDEJAS INFERIORES E SUPERIORES DE AMBOS OS LADOS	Serviço	4	R\$ 17.450,00	R\$ 69.800,00
35	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DIANTEIRA E/OU DIREÇÃO DA VBR EE-9 CASCABEL, COMPREENDENDO: MANUTENÇÃO DOS MUNHÕES, SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS CASTANHAS, PINOS ESFÉRICOS, JUNTAS, GUARDA PÓS Serviço de manutenção da suspensão dianteira e/ou direção, da VBR EE-9 Cascavel. compreendendo manutenção dos munhões, substituição de todas as castanhas, pinos esféricos, juntas, guarda-pó e itens de vedação de alta mortalidade.	Serviço	4	R\$ 18.500,00	R\$ 74.000,00
36	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE FREIO HIDROPNEUMÁTICO COM SISTEMA DE CUBOS DE RODA DA VIATURA VBR EE-9 CASCABEL Serviço de manutenção do sistema de freio hidropneumático, da VBR EE-9 Cascavel com sistema de cubos de roda, compreendendo: troca de reparo das válvulas, manutenção do reservatório de ar, troca do pedal do freio, reparação do monocilindro do freio, com troca da carcaça e de seu reparo,	Serviço	6	R\$ 14.050,00	R\$ 84.300,00



	substituição do cilindro mestre simples, reparação do cilindro mestre duplo, reparação do amplificador do freio, manutenção dos tambores de freio, com a substituição das lonas de freio com retífica do mesmo.				
37	<p>SERVIÇO DE TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE, COMPREENDENDO: LAVAGEM, LIXAMENTO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA EXTERNA CAMUFLADA, DA VIATURA VBR EE-9 CASCAVEL</p> <p>Serviço de tratamento de superfície, compreendendo: lavagem do monobloco, lixamento e preparação para pintura, empapelamento, pintura da carcaça com fundo vermelho óxido, pintura externa camuflada, conservando as mesmas características originais de camuflagem da VBR EE-9 Cascavel. O serviço deverá ser realizado dentro do 9º Batalhão Logístico. A empresa deverá fornecer todos os meios para execução do serviço (compressor de ar, pistola de pintura, lixadeira, etc), além dos insumos necessários para a realização do serviço (lixa, massa, thinner, fundo, tinta verde floresta fosco e vermelho terra fosco, etc). No Padrão Exército Brasileiro.</p>	Serviço	4	R\$ 17.500,00	R\$ 70.000,00
38	<p>SERVIÇO DE TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE, COMPREENDENDO: LAVAGEM, LIXAMENTO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA INTERNA NA COR BRANCA DA VIATURA VBR EE-9 CASCAVEL</p> <p>Serviço de tratamento de superfície, compreendendo: lavagem do interior monobloco, lixamento e preparação para pintura, empapelamento, pintura interna na cor branco, conservando as mesmas características originais da VBR EE-9 Cascavel. O serviço deverá ser realizado dentro do 9º Batalhão Logístico. A empresa deverá fornecer todos os meios para execução do serviço(compressor de ar, pistola de pintura, lixadeira, etc), além dos insumos necessários para a realização do serviço (lixa, massa, thinner, fundo, fita crepe, emborrachamento a base d'água, tinta esmalte na cor branco etc).</p>	Serviço	4	R\$ 17.800,00	R\$ 71.200,00
39	<p>SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E ESTOFAMENTO DE TODOS OS BANCOS DA VBR EE-9 CASCAVEL</p> <p>Serviço de recuperação das ferragens e estofamento de todos os bancos da VBR EE-9 Cascavel, com o fornecimento do material (corvim na cor preta, espuma, linhas) e demais materiais necessários para execução do serviço.</p>	Serviço	10	R\$ 6.900,00	R\$ 69.000,00
40	<p>SERVIÇO DE TORNEARIA</p> <p>Serviço de tornearia hora/homem. O serviço deverá ser executado por uma empresa especializada. Todo o equipamento necessário para realização do serviço e insumos, deverão ser fornecidos pela empresa licitante vencedora.</p>	Serviço	80	R\$ 280,00	R\$ 22.400,00
41	<p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PONTA DE EIXO DIANTEIRA COD ENGESA(1811.120.380) VBR EE-9 CASCAVEL</p> <p>Serviço de confecção de ponta de eixo dianteira (ponteira de roda) em aço 1045 da VBR EE-9 Cascavel. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.</p>	Serviço	10	R\$ 2.950,00	R\$ 29.500,00
42	<p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PONTA DE EIXO TRASEIRA DO BOOMERANG COD ENGESA(1812.130.303) VBR EE-9 CASCAVEL</p> <p>Serviço de confecção de ponta de eixo traseira (ponteira de roda) em aço 1045 da VBR EE-9 Cascavel. As peças aplicadas deverão ser originais ou similares de igual qualidade e fornecidas pela empresa licitante vencedora.</p>	Serviço	10	R\$ 2.950,00	R\$ 29.500,00
43	<p>SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DO PAR DE LAGARTAS DA VIATURA M-113 COM PATINS MODELO: T130E1, composto de: Recuperação do patim; Substituição da almofada amovível nova (composta de chapa de aço SAE 1006-1008 espessura 3 mm,</p>	Serviço	4	R\$ 91.500,00	R\$ 366.000,00



mistura borracha 75 Shore A); parafusos 4140 rosca padrão 2A 5/8" X 18fios X 32mm. Serviço de Substituição dos conjuntos de buchas novas (duas curtas e três longas); Tubo de aço com tratamento térmico trefilado oitavado 22,22 X 3,05mm, Norma DIN EN 10305-1 GRAU E235+N, mistura borracha 75 Shore A. Eixo oitavado novo aço especial, retilineidade dentro de 0,5mm, cadmiado roscas padrão 2 A. Não serão aceitos materiais reconicionados (buchas e almofadas) somente material novo. Todos os custos com transporte referente ao recolhimento e entrega das lagartas a cargo da contratada.				
---	--	--	--	--

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **prestação de serviços de manutenção de viaturas blindadas**.
- 1.3. Os quantitativos e respectivas descrições dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução o serviço de menor Preço Unitário, por meio da (*Empreitada por Preço Unitário*)
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

Os materiais a serem mantidos/recuperados deverão ser apanhados e entregues, sem custos adicionais, no respectivo depósito do Pelotão de Suprimento, do 9º B Log, sito a Av Aparício Mariense, nº 345, Vila Nova Santiago/RS no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h de segunda-feira a quinta-feira, e nas sextas-feiras das 08:00h às 12:00h, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, que poderá



ser remetida via e-mail ou fax, e/ou emissão de Ordem de Execução do Serviço pelo Órgão contratante, conforme a Nota de Empenho.

4.5. Na necessidade de transporte das viaturas a serem mantidas para o local de realização do serviço, o mesmo ficará a cargo da empresa licitante vencedora sem custo adicional à contratante, devendo usar para o transporte das viaturas um veículo especializado (plataforma reboque, pranchão, caminhão cegonha, etc.) de acordo com as especificações das viaturas.

4.6. Nos serviços a serem realizados no perímetro urbano da cidade do Órgão Contratante em que as viaturas a serem mantidas tenham condições de rodagem o Órgão Contratante se encarregará de transportar as viaturas.

4.7. O prazo para realização dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho (que poderá ser remetida através e-mail ou fax) e/ou emissão de Ordem de Execução do Serviço pelo Órgão contratante.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços que compõem o presente certame são de natureza não continuada. Por tratar-se de uma contratação por meio de SRP – Sistema de Registro de Preços de um pregão, os serviços serão provocados com a emissão da Nota de Empenho.

5.1.2. Após o recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, inicia-se o prazo para o início da execução dos serviços, não podendo ultrapassar o total de 30 (trinta) dias. Caso o fornecedor não cumpra o referido prazo adotar-se-á as sanções previstas em edital.

5.1.3. Os requisitos técnicos de cada serviço estão devidamente discriminados na descrição individual de cada item, contendo todos os insumos de material e mão de obra, necessários à execução dos serviços.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. Esta atividade deverá ser comunicada e agendada anteriormente.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. O fornecedor deverá observar atentamente as normas de conduta e vestuário dentro



das instalações da organização militar, que serão informadas logo no início da visitação e/ou do serviço.

- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue maiores detalhes e informações relativas ao serviço objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta e seu serviço.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada a contar do recebimento/aceite pela contratada da Nota de Empenho ou Ordem de Execução do Serviço.
- 8.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 8.1.4. Os serviços serão recebidos, definitivamente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 8.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho (que poderá ser remetida através e-mail ou fax) e/ou emissão de Ordem de Execução do Serviço pelo Órgão contratante.



9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 9.1.1. Os materiais devem ser disponibilizados pela empresa ganhadora devendo ser novos, originais das montadoras com certificados de garantia;
- 9.1.2. A empresa ganhadora deve observar a descrição correta do serviço a ser realizado, substituindo todos os itens solicitados na descrição;

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 10.1.1. A realização de serviços mecânicos diversos para manutenção mecânica preventiva e corretiva das viaturas blindadas da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, visando atender aos Planos de manutenção e as demandas diversas para manter os altos índices de disponibilidade da frota;
- 10.1.2. Os serviços e suas respectivas quantidades foram dimensionados com base nas demandas dos últimos anos.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros



e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. O setor requisitante comunicará a empresa contratada sobre os detalhes acerca do serviço a ser realizado e contribuirá para que os prazos da execução dos serviços sejam respeitados mediante o controle do envio e do recebimento da Nota de Empenho;

15.13.2. Assim que constatadas demandas extras de fiscalização, os responsáveis deverão realizar a fiscalização do serviço o mais breve possível;



15.13.3. O Fiscal administrativo do órgão gerenciador do pregão e o fiscal de contrato realizarão suas atribuições conforme legislação vigente

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato fará a apuração do resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.



16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no



prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período de prestação dos serviços;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad \frac{(6 / 100)}{365}} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;



I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente, com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5 ‘Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0 2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0 4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0 8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1 6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3 2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2



INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01



11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

20.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados de capacidade técnica deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.1.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 04 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, conforme previsto no Acórdão do Tribunal de Contas da União, (Cf. Acórdão nº 14951/2018 – TCU – 1ª Câmara).

21.3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valores unitários:

21.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

21.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1 O custo estimado da contratação encontra-se discriminado na tabela (item 2) deste documento, sendo um custo estimado total de R\$ 3.304.512,00.